



Economia Angolana

Petróleo e pandemia obrigam governo a rever OGE

Research

Julho 2020

Angola poderá sofrer a pior recessão de sempre

O governo Angolano reviu o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020 de modo a reflectir os impactos da mais recente descida no preço do petróleo e da pandemia do Covid-19 nas contas públicas. O OGE revisto inclui (1) uma nova previsão para o preço médio do crude de 33 USD, representando uma redução de 40% face à estimativa inicial de 55 USD e (2) um corte previsto de 10,7% na produção de crude para 1,28 milhões bpd (até ao final do ano), o nível mais baixo desde 2005, para reflectir o mais recente acordo de corte de produção da OPEP+. O governo prevê também que a economia do país continue em recessão, cortando significativamente a sua previsão para o PIB real para -3,6% este ano face a um crescimento inicialmente previsto de 1,8%. Se confirmado, a performance económica de Angola ficará mais uma vez abaixo da média da África Subsariana, onde o FMI prevê uma contracção de 3,2%. Este seria também o quinto ano consecutivo de contracção económica, marcando o período mais longo de recessão no país e o pior da história de Angola.

Economia

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu

OGE revisto prevê défice de 4% do PIB

As projecções incluídas no OGE revisto apontam para um défice que representa 4% do PIB e um superávit primário de 2,2% do PIB para este ano. Isto compara com um superávit global de 1,2% e um superávit primário de 7,1% do PIB previstos no OGE inicial que o governo apresentou no final de 2019. Estas revisões reflectem uma forte quebra nas receitas previstas (-28,9%) este ano, que resultam de uma contribuição muito inferior das receitas de impostos petrolíferos (-47,1%). O governo prevê compensar esta queda das receitas através de um corte nas despesas (-8,7%). Em particular, o pagamento de juros da dívida deverão ficar agora 20,5% abaixo do inicialmente previsto depois de Angola ter alegadamente chegado a um acordo com a China (de longe o seu maior credor externo) em relação a uma moratória de três anos. Este alegado acordo, que foi noticiado na imprensa mas que ainda não foi oficialmente confirmado, levaria a uma poupança de mais de 36% em custos com o serviço da dívida este ano. Ainda são desconhecidos os detalhes do acordo, nomeadamente em relação ao impacto que teria nos OGEs dos próximos anos.

A dívida pública poderá atingir 123% do PIB este ano

O governo anunciou que a dívida pública atingiu perto de 113% do PIB em 2019 e que poderia aumentar para 123% do PIB este ano se a actual conjuntura mundial não se alterar. Acrescentou que o abrandamento económico dos últimos anos está a colocar a dívida pública em níveis insustentáveis. Isto torna imperativo adoptar medidas para inverter esta trajectória. Por esta razão, o governo reiterou o seu compromisso em continuar a implementar medidas de consolidação orçamental, com o objectivo de reduzir a dívida para 65% do PIB a médio-prazo.

Enorme desafio para as autoridades Angolanas

Angola está, sem dúvida, a sofrer o impacto de um duplo choque dos preços de crude muito mais baixos e da pandemia que está a afectar de forma significativa a economia mundial. O OGE revisto reflecte esta nova realidade, que é sem dúvida sombria e vai exigir um enorme esforço das autoridades para executar as metas fiscais definidas para este ano. Se confirmado, a moratória com a China trará algum alívio à execução do OGE, bem como ajudará as autoridades Angolanas a navegar nestes tempos desafiantes e a preparar a economia do país para o que desejavelmente será o ano da retoma em 2021.

REVISÃO AO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2020

Projeções Macroeconómicas

As novas projecções macroeconómicas incluídas na revisão do OGE 2020 assumem que Angola continuará em recessão este ano, tendo em conta que a forte queda no preço do crude e os elevados níveis do serviço da dívida limitam a capacidade do governo de implementar medidas anti-cíclicas para tentar inverter a trajectória descendente da economia. O impacto do Covid-19 e as medidas de confinamento implementadas pelas autoridades para tentar conter a propagação da pandemia agravaram ainda mais esta situação.

Isto significa que o governo estima agora que o PIB real caia 3,6% este ano, o que compara com uma previsão de crescimento de 1,8% no OGE inicial. Se se materializar, esta será a contração mais acentuada da economia Angolana nos últimos 38 anos. Esta projecção assume uma queda de 7% na actividade do sector do petróleo e gás, juntamente com uma descida de 2,1% no sector não-petrolífero, e compara com previsões anteriores de 1,5% e 1,9%, respectivamente. Em particular, prevê-se que todos os sectores económicos registem uma contracção este ano devido à pandemia do Covid-19, com a única excepção a ser o sector energético (+7,8%).

A economia Angolana deverá continuar em recessão devido ao impacto da forte queda no preço do crude e do Covid-19

Se a previsão do governo se confirmar, Angola poderá sofrer a sua pior recessão dos últimos 38 anos

ACTIVIDADE ECONÓMICA	2017	2018	2019	2020 (1)	2020 (2)
Crescimento do PIB Real	-0.1%	-2.0%	-0.9%	1.8%	-3.6%
- Petróleo e Gás	-5.3%	-9.4%	-6.6%	1.5%	-7.0%
Petróleo	-5.2%	-9.7%	-7.6%	3.4%	-7.2%
Gás	461.4%	-5.3%	13.2%	-21.8%	-3.3%
- Não-petrolífero	1.2%	-0.1%	1.6%	1.9%	-2.1%
Agricultura	1.4%	-2.0%	0.8%	3.1%	-1.2%
Pescas	-1.1%	-17.1%	-18.0%	4.0%	-1.3%
Indústria Extractiva	-0.8%	-6.3%	8.5%	6.6%	-12.3%
Indústria Transformadora	1.2%	4.8%	0.2%	1.2%	-1.0%
Construção	2.5%	0.4%	4.9%	1.3%	-1.4%
Energia	-1.7%	22.3%	5.3%	0.5%	7.8%
Retailho	1.5%	-0.2%	1.0%	1.2%	-1.9%
Outros	0.3%	2.2%	2.3%	1.5%	-2.3%
PIB Nominal (Mil Milhões AKZ)	20,262.3	25,627.7	30,517.5	42,126.5	31,894.7
- Não-petrolífero	16,022.3	17,975.0	21,062.9	28,869.4	24,918.1

(1) OGE Inicial; (2) OGE Revisto. Fonte: Autoridades Angolanas.

Um dos pressupostos principais do novo OGE é o corte significativo no preço médio do crude esperado para este ano. O novo OGE assume que o preço médio será de 33 USD, muito abaixo dos 55 USD esperados anteriormente. O governo baixou também a estimativa para a produção média de petróleo de 1,437 milhões de barris por dia para 1,284 milhões de barris, um corte de 10,7%. Esta redução deve-se aos limites impostos pelo mais recente acordo de corte de oferta assinado pela OPEP e seus parceiros em Abril 2020, que ambiciona reduzir a oferta mundial em 9,7 milhões de barris diários (ou 10% da oferta mundial). Este acordo poderá durar dois anos, com os limites à produção a serem gradualmente aliviados até Abril 2022.

O mais recente acordo da OPEP+ significa que Angola terá que cortar a sua produção de petróleo durante os próximos dois anos

INDICADORES ECONÓMICOS	2017	2018	2019	2020 (1)	2020 (2)
Inflação	23.7%	18.6%	17.1%	25.0%	25.0%
Produção de Diamantes (Milhares Carats)	8,964.1	9,433.9	9,121.5	10,175.0	8,000.0
Preço Médio do Diamante (US\$/Carat)	115.1	144.1	142.3	162.1	103.0
Produção Anual de Petróleo e GNL	722.6	658.2	638.7	624.3	597.2
Produção de Petróleo (MBbl)	597.6	539.8	504.8	524.5	467.7
Produção GNL (MBOE)	125.0	118.4	133.9	99.8	129.5
Produção Diária de Petróleo (Milhões bpd)	1.637	1.479	1.383	1.437	1.284
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	53.9	70.6	65.2	55.0	33.0
Preço Médio do GNL (US\$/BOE)	29.0	47.9	29.2	50.9	19.0

(1) OGE Inicial; (2) OGE Revisto. Fonte: Autoridades Angolanas.

O governo manteve a sua previsão para a inflação inalterada nos 25%. De salientar que a taxa de inflação tem mantido uma trajectória descendente nos últimos anos em resultado de uma política monetária mais restrictiva adoptada pelo banco central e as medidas de estabilização macroeconómica implementadas pelo governo. Mais recentemente, a inflação ultrapassou os 20% pela primeira vez desde o início de 2018 devido ao impacto da introdução de um regime cambial mais flexível e do IVA em Outubro 2019. Apesar disso, as pressões inflacionistas foram relativamente contidas depois do banco central ter aumentado o montante de reservas obrigatórias em moeda local (de 17% para 22%) em Outubro 2019 e o governo tem isentado o pagamento do IVA em bens essenciais, que representam a maior parte do índice de preços do consumidor.

A previsão para a taxa de inflação mantém-se nos 25% este ano

Contas Públicas

O OGE revisto para 2020 está avaliado em AKZ 13.455 mil milhões, reflectindo uma redução de 15,7% face aos AKZ 15.971 mil milhões previstos no OGE 2020 inicial. O OGE revisto assume um défice que representa 4% do PIB, o que compara com um superávit de 1,2% do PIB estimados anteriormente. Assume também um superávit primário de 2,2% do PIB, muito abaixo dos 7,1% inicialmente previstos.

No OGE revisto, o governo estima que as receitas e despesas totais atinjam os AKZ 6.125 mil milhões e AKZ 7.393 mil milhões, respectivamente. Isto representa uma queda de 28,9% nas receitas e 8,7% nas despesas quando comparado com as estimativas do OGE inicial. O défice deverá atingir um montante de AKZ 1.268 mil milhões, enquanto que o saldo primário, que exclui o pagamento de juros da dívida, deverá chegar a um superávit de AKZ 700 mil milhões.

As menores previsões para as receitas reflectem um corte significativo nas receitas de impostos (-34,8%) face aos valores estimados anteriormente. Em particular, as receitas de impostos do sector petrolífero poderão ficar agora 47,1% abaixo das últimas previsões em resultado dos pressupostos de menores preços e produção de crude previstos para este ano. O governo prevê também menores receitas fiscais do sector não-petrolífero (-7,5%), que deverá ser devido à continuada recessão no país, e uma contribuição muito superior de receitas não-tributárias. De notar que as contas de 2020 vão reflectir pela primeira vez o impacto total da introdução do IVA em Outubro 2019, que resultou da estratégia do governo de alargar a base tributária e de reestruturar alguns impostos.

Em termos de despesas, a maior revisão veio da descida significativa no pagamento de juros (-20,5%) previstos agora pelo governo. Este é particularmente o caso no pagamento de juros da dívida externa, que deverá ficar 25,9% abaixo da previsão inicial. Isto deverá estar relacionado com um alegado acordo entre o governo Angolano e a China sobre o deferimento do pagamento do serviço da dívida. De facto, notícias recentes indicam que Angola já terá chegado a um acordo com a China em relação a uma moratória de três anos com este país asiático (que é, sem dúvida, o maior credor de Angola). Estas notícias ainda não foram oficialmente confirmadas e o alegado acordo ainda requer mais detalhes.

O OGE revisto para 2020 sofreu um corte de 15,7% face ao montante do OGE inicial

O governo estima agora alcançar um défice de 4% do PIB depois de antes prever um superávit de 1,2% do PIB

O governo reviu em baixa as projecções para as receitas, em particular receitas de impostos do sector petrolífero

O governo prevê gastar muito menos com o pagamento de juros da dívida depois de ter alegadamente chegado a um acordo de moratória com a China

CONTAS DO ESTADO						Variação			
	2017	2018	2019 (1)	2020 (2)	2020 (3)	2019 (1) / 2018	2020 (2) / 2019 (1)	2020 (3) / 2019 (1)	2020 (3) / 2020 (2)
Receitas	3,543	5,860	6,512	8,615	6,125	11.1%	32.3%	-5.9%	-28.9%
Receitas de Impostos	3,203	5,408	6,057	8,097	5,280	12.0%	33.7%	-12.8%	-34.8%
Receitas Petrolíferas	2,009	3,715	3,953	5,581	2,952	6.4%	41.2%	-25.3%	-47.1%
Receitas Não-Petrolíferas	1,194	1,693	2,105	2,517	2,329	24.3%	19.6%	10.6%	-7.5%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	341	452	455	518	837	0.7%	13.7%	83.8%	61.7%
Despesas	4,822	5,319	6,270	8,096	7,393	17.9%	29.1%	17.9%	-8.7%
Despesas Correntes	3,499	4,130	5,143	6,759	5,931	24.5%	31.4%	15.3%	-12.3%
Remunerações	1,507	1,539	1,999	2,218	2,182	29.9%	10.9%	9.1%	-1.6%
Bens e Serviços	841	884	825	1,187	1,028	-6.6%	43.8%	24.6%	-13.4%
Juros	677	1,212	1,721	2,474	1,967	41.9%	43.8%	14.3%	-20.5%
Transferências	474	496	598	881	753	20.6%	47.4%	26.0%	-14.5%
Despesas de Capital	1,323	1,189	1,127	1,337	1,462	-5.2%	18.7%	29.8%	9.3%
Investimento Público	1,189	1,189	1,127	1,333	1,333	-5.2%	18.3%	18.3%	0.0%
Saldo Primário	-602	1,754	1,963	2,992	700	11.9%	52.4%	-64.4%	-76.6%
Saldo Orçamental	-1,279	541	242	519	-1,268	-55.2%	113.9%	n.s.	n.s.

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial; (3) OGE Revisto. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Em geral, as receitas totais deverão agora representar 19,2% do PIB (face aos 20,4% no OGE inicial), com as receitas de impostos petrolíferos (em percentagem do PIB) a regressarem mais uma vez a valores de um dígito (9,3%). Por outro lado, as despesas totais deverão representar 23,2% do PIB, o que, apesar das menores despesas esperadas este ano, representa um aumento face à projecção do OGE inicial (19,2% do PIB).

As receitas deverão representar 19,2% do PIB enquanto que as despesas representam 23,2%

CONTAS DO ESTADO	% do PIB									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (1)	2020 (2)	2020 (3)
Receitas	46.5%	40.2%	35.3%	27.3%	17.4%	17.5%	22.9%	21.3%	20.4%	19.2%
Receitas de Impostos	44.4%	38.2%	32.9%	24.7%	15.6%	15.8%	21.1%	19.8%	19.2%	16.6%
Receitas Petrolíferas	37.7%	30.1%	23.8%	15.4%	8.2%	9.9%	14.5%	13.0%	13.2%	9.3%
Receitas Não-Petrolíferas	6.6%	8.1%	9.1%	9.3%	7.4%	5.9%	6.6%	6.9%	6.0%	7.3%
Das quais: Imp. sobre o Rendimento	3.0%	4.2%	4.4%	5.4%	4.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	2.1%	2.0%	2.4%	2.6%	1.8%	1.7%	1.8%	1.5%	1.2%	2.6%
Despesas	39.8%	39.9%	41.9%	30.6%	21.9%	23.8%	20.8%	20.5%	19.2%	23.2%
Despesas Correntes	29.3%	28.5%	29.4%	24.7%	18.0%	17.3%	16.1%	16.9%	16.0%	18.6%
Remunerações	9.5%	9.6%	10.6%	11.3%	8.4%	7.4%	6.0%	6.6%	5.3%	6.8%
Bens e Serviços	11.9%	10.2%	10.0%	6.4%	3.7%	4.1%	3.4%	2.7%	2.8%	3.2%
Juros	1.0%	0.8%	1.2%	2.0%	2.8%	3.3%	4.7%	5.6%	5.9%	6.2%
Transferências	6.9%	7.9%	7.6%	5.0%	3.1%	2.3%	1.9%	2.0%	2.1%	2.4%
Despesas de Capital	10.5%	11.4%	12.5%	6.0%	3.9%	6.5%	4.6%	3.7%	3.2%	4.6%
Investimento Público	10.5%	11.4%	12.4%	5.8%	3.8%	5.9%	4.6%	3.7%	3.2%	4.2%
Saldo Primário	7.6%	1.1%	-5.4%	-1.3%	-1.7%	-3.0%	6.8%	6.4%	7.1%	2.2%
Saldo Orçamental	6.7%	0.3%	-6.6%	-3.3%	-4.5%	-6.3%	2.1%	0.8%	1.2%	-4.0%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial; (3) OGE Revisto. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

A forte queda nas receitas petrolíferas esperadas para este ano significa que estas representam agora 48,2% das receitas totais. Isto é um valor muito inferior à previsão anterior (64,8% do total) e às contribuições registadas nos últimos anos. Por outro lado, a contribuição das receitas não-tributárias deverá representar 13,7% do total, mais do dobro dos 6% estimados antes. Também de referir que a proporção da despesa pública alocada ao pagamento de juros da dívida (26,6%) deverá estar agora mais alinhada com o valor estimado para 2019. De relembra que o governo previu inicialmente que o pagamento de juros da dívida iriam representar mais de 30% do total da despesa deste ano, ultrapassando o montante alocado ao pagamento de salários dos funcionários públicos.

As receitas de impostos do sector petrolífero deverão representar menos de 50% do total das receitas pela primeira vez de 2016

CONTAS DO ESTADO	% do Total									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (1)	2020 (2)	2020 (3)
Receitas										
Receitas de Impostos (Petrolíferas)	81.2%	74.9%	67.5%	56.4%	47.3%	56.7%	63.4%	60.7%	64.8%	48.2%
Receitas de Impostos (Não-Petrolíferas)	14.3%	20.1%	25.6%	34.0%	42.3%	33.7%	28.9%	32.3%	29.2%	38.0%
Cont. Sociais, Doações e Outras Receitas	4.5%	5.1%	6.9%	9.6%	10.4%	9.6%	7.7%	7.0%	6.0%	13.7%
Total das Receitas	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Despesas										
Remunerações	23.8%	24.0%	25.3%	36.8%	38.3%	31.3%	28.9%	31.9%	27.4%	29.5%
Bens e Serviços	30.0%	25.5%	23.9%	20.9%	17.1%	17.4%	16.6%	13.2%	14.7%	13.9%
Juros	2.4%	2.1%	2.8%	6.6%	12.9%	14.0%	22.8%	27.4%	30.6%	26.6%
Transferências	17.4%	19.8%	18.2%	16.2%	14.0%	9.8%	9.3%	9.5%	10.9%	10.2%
Subsídios	12.7%	14.7%	12.8%	7.4%	4.4%	1.9%	1.6%	1.3%	3.1%	2.9%
Despesas de Capital	26.4%	28.6%	29.8%	19.5%	17.7%	27.4%	22.3%	18.0%	16.5%	19.8%
Total das Despesas	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

(1) Preliminar; (2) OGE Inicial; (3) OGE Revisto. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Em termos de despesas por sector, o governo espera agora gastar AKZ 5.930 mil milhões em 2020 se excluirmos os gastos em operações de dívida pública. Isto é 5,4% menos do que esperava gastar no OGE inicial e reflecte, acima de tudo, uma forte redução no montante gasto em serviços públicos gerais (-22,1%).

As despesas totais por sector estão agora previstas ficar 5,4% abaixo do valor previsto anteriormente

DESPESAS POR SECTOR			Variação	% Total Desp. (3)		% Total Desp.		% do PIB	
AKZ MIL MILHÕES	2020 (1)	2020 (2)	2020 (2) / 2020 (1)	2020 (1)	2020 (2)	2020 (1)	2020 (2)	2020 (1)	2020 (2)
Sector Social	2,564	2,414	-5.9%	40.9%	40.7%	16.1%	17.9%	6.1%	7.6%
Educação	846	870	2.9%	13.5%	14.7%	5.3%	6.5%	2.0%	2.7%
Saúde	797	817	2.4%	12.7%	13.8%	5.0%	6.1%	1.9%	2.6%
Protecção Social	532	423	-20.5%	8.5%	7.1%	3.3%	3.1%	1.3%	1.3%
Habituação	345	244	-29.3%	5.5%	4.1%	2.2%	1.8%	0.8%	0.8%
Outros	45	60	34.8%	0.7%	1.0%	0.3%	0.4%	0.1%	0.2%
Sector Económico	711	944	32.7%	11.3%	15.9%	4.5%	7.0%	1.7%	3.0%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	216	257	18.8%	3.4%	4.3%	1.4%	1.9%	0.5%	0.8%
Transportes	213	306	43.7%	3.4%	5.2%	1.3%	2.3%	0.5%	1.0%
Combustíveis e Energia	184	306	66.2%	2.9%	5.2%	1.2%	2.3%	0.4%	1.0%
Indústria Extractiva, Transformadora e Construção	45	38	-16.3%	0.7%	0.6%	0.3%	0.3%	0.1%	0.1%
Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais	31	19	-40.2%	0.5%	0.3%	0.2%	0.1%	0.1%	0.1%
Outros	22	19	-13.6%	0.4%	0.3%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
Defesa, Segurança e Ordem Social	1,203	1,175	-2.3%	19.2%	19.8%	7.5%	8.7%	2.9%	3.7%
Defesa	540	586	8.5%	8.6%	9.9%	3.4%	4.4%	1.3%	1.8%
Segurança e Ordem Pública	663	589	-11.1%	10.6%	9.9%	4.2%	4.4%	1.6%	1.8%
Serviços Públicos Gerais e Outros	1,793	1,397	-22.1%	28.6%	23.6%	11.2%	10.4%	4.3%	4.4%
Total Despesas (Ex. Operações Dívida Pública)	6,271	5,930	-5.4%	100.0%	100.0%	39.3%	44.1%	14.9%	18.6%
Operações de Dívida Pública	9,699	7,525	-22.4%			60.7%	55.9%	23.0%	23.6%
Doméstica	5,151	4,630	-10.1%			32.3%	34.4%	12.2%	14.5%
Estrangeira	4,549	2,895	-36.3%			28.5%	21.5%	10.8%	9.1%
Total das Despesas	15,971	13,455	-15.7%			100.0%	100.0%	37.9%	42.2%

(1) OGE Inicial; (2) OGE Revisto; (3) Excl. Operações Dívida Pública. Fontes: Autoridades Angolanas e Eaglestone Securities.

Conforme detalhado na tabela da página anterior, prevê-se agora que as despesas com o sector social fiquem 5,9% abaixo da estimativa inicial depois das fortes quedas nos gastos com protecção social e habitação. Apesar disso, o governo ainda espera alocar a maior parte das suas despesas previstas no sector social, com estas a poderem vir a representar 40,7% do total das despesas excluindo operações de dívida pública e 7,6% do PIB. As despesas previstas no sector da defesa e segurança e ordem pública viram um corte de 2,3% face ao OGE inicial e deverão representar agora 19,8% do total da despesa (excluindo operações de dívida pública) e 3,7% do PIB. Por outro lado, o governo espera gastar mais 32,7% no sector económico, em particular em combustíveis e energia, transportes e agricultura e pescas. Estima-se que as despesas com o sector económico representem 15,9% do total das despesas e 3,0% do PIB.

O montante de receitas muito inferior esperado para este ano face ao OGE inicial (-28,9%) significa que o governo espera agora financiar o OGE recorrendo mais ao endividamento. Conforme descrito em baixo, o endividamento previsto permaneceu quase inalterado face ao inicialmente previsto. Contudo, em termos relativos, este representa 54,5% do total das receitas previstas (face a 46% previstos anteriormente). Em particular, o financiamento com dívida doméstica deverá ser 63,9% superior ao montante inicialmente previsto enquanto que a dívida externa foi cortada em quase um terço.

O governo prevê também gastar relativamente menos no pagamento de juros de dívida e na amortização de capital depois do montante previsto no OGE revisto ter sido cortado em mais de 20% em relação à previsão inicial. Estima-se que estas representem agora 14,6% e 41,3% do total das receitas, respectivamente. O governo prevê também gastar menos com os salários dos funcionários públicos e em bens e serviços. Apesar disso, os salários deverão representar relativamente mais do total das despesas quando comparado com o OGE inicial.

FINANCIAMENTO DO OGE	AKZ Mil Milhões			% do Total			% do PIB		
	2020 (US\$ 55)	2020 (US\$ 33)	Varição	2020 (US\$ 55)	2020 (US\$ 33)	Varição	2020 (US\$ 55)	2020 (US\$ 33)	Varição
Receitas									
Receitas Fiscais	8,615	6,125	-28.9%	53.9%	45.5%	-8.4%	20.4%	19.2%	-1.2%
Impostos	8,097	5,280	-34.8%	50.7%	39.2%	-11.5%	19.2%	16.6%	-2.7%
Sector Petrolífero	5,581	2,952	-47.1%	34.9%	21.9%	-13.0%	13.2%	9.3%	-4.0%
Sector Não-Petrolífero	2,516	2,329	-7.4%	15.8%	17.3%	1.6%	6.0%	7.3%	1.3%
Contribuições Sociais	281	281	0.0%	1.8%	2.1%	0.3%	0.7%	0.9%	0.2%
Outros	236	555	135.5%	1.5%	4.1%	2.7%	0.6%	1.7%	1.2%
Venda de Activos	12	1	-88.8%	0.1%	0.0%	-0.1%	0.0%	0.0%	0.0%
Financiamento	7,344	7,329	-0.2%	46.0%	54.5%	8.5%	17.4%	23.0%	5.5%
Doméstico	2,481	4,067	63.9%	15.5%	30.2%	14.7%	5.9%	12.8%	6.9%
Internacional	4,864	3,262	-32.9%	30.5%	24.2%	-6.2%	11.5%	10.2%	-1.3%
Total das Receitas	15,971	13,455	-15.7%	100.0%	100.0%	0.0%	37.9%	42.2%	4.3%
Despesas									
Remunerações	2,218	2,182	-1.6%	13.9%	16.2%	2.3%	5.3%	6.8%	1.6%
Salários	2,100	2,071	-1.4%	13.1%	15.4%	2.2%	5.0%	6.5%	1.5%
Bens e Serviços	1,187	1,028	-13.4%	7.4%	7.6%	0.2%	2.8%	3.2%	0.4%
Juros	2,474	1,967	-20.5%	15.5%	14.6%	-0.9%	5.9%	6.2%	0.3%
Internos	1,069	927	-13.3%	6.7%	6.9%	0.2%	2.5%	2.9%	0.4%
Externos	1,405	1,041	-25.9%	8.8%	7.7%	-1.1%	3.3%	3.3%	-0.1%
Transferências	881	753	-14.5%	5.5%	5.6%	0.1%	2.1%	2.4%	0.3%
Subsídios	251	217	-13.5%	1.6%	1.6%	0.0%	0.6%	0.7%	0.1%
Acquisição de Activos Não-Fin.	1,337	1,462	9.3%	8.4%	10.9%	2.5%	3.2%	4.6%	1.4%
Amortização da Dívida	7,226	5,557	-23.1%	45.2%	41.3%	-3.9%	17.2%	17.4%	0.3%
Interna	4,082	3,703	-9.3%	25.6%	27.5%	2.0%	9.7%	11.6%	1.9%
Externa	3,144	1,854	-41.0%	19.7%	13.8%	-5.9%	7.5%	5.8%	-1.6%
Outros Investimentos Financeiros	649	506	-22.1%	4.1%	3.8%	-0.3%	1.5%	1.6%	0.0%
Total das Despesas	15,971	13,455	-15.7%	100.0%	100.0%	0.0%	37.9%	42.2%	4.3%

Fonte: Ministério das Finanças.

Entretanto, o governo disse que a dívida pública de Angola atingiu os 113% do PIB em 2019 e que poderia aumentar para 123% do PIB este ano caso a actual conjuntura económica mundial não se altere. O governo acrescentou que a contracção económica do país nos últimos anos, que marca o período recessivo de Angola mais longo em toda a sua história, está a colocar a dívida do país em valores insustentáveis. Isto torna imperativo a adopção de medidas para inverter esta trajectória. Por esta razão, o governo reiterou o compromisso de continuar a implementar medidas de consolidação orçamental que visam colocar o nível da dívida pública em torno dos 65% a médio-prazo.

Conforme descrito anteriormente, as despesas com o serviço da dívida (amortização da dívida e pagamento de juros da dívida) deverão ficar agora muito abaixo do inicialmente previsto para este ano (-22,4%). Estima-se que estas despesas atinjam os AKZ 7.525 mil milhões, ou 23,6% do PIB, no período.

O governo prevê gastar menos com o sector social, serviços públicos gerais bem como em defesa, segurança e ordem social enquanto espera aumentar a despesa com o sector económico

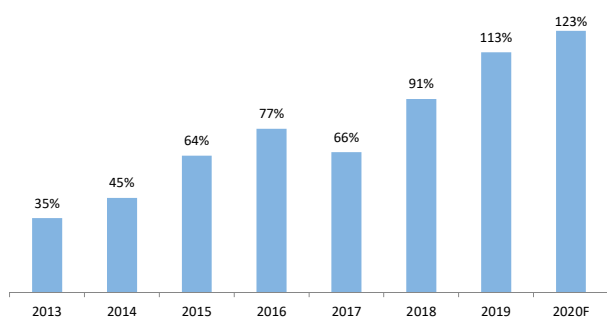
O governo espera recorrer relativamente mais ao financiamento através do mercado da dívida doméstica depois de prever uma forte quebra nas receitas este ano

O governo espera gastar relativamente menos no pagamento de juros da dívida e na amortização da dívida

A dívida pública poderá atingir os 123% do PIB este ano depois de chegar a 113% do PIB em 2019

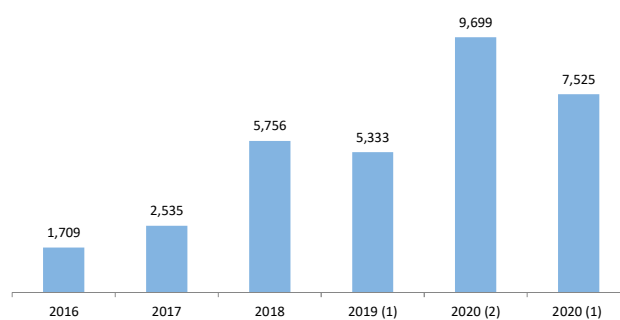
As despesas com o serviço da dívida deverão ficar muito abaixo do inicialmente previsto

DÍVIDA PÚBLICA ANGOLANA (% DO PIB)



Fonte: Autoridades Angolanas.

DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA (AKZ MIL MILHÕES)



(1) OGE Revisto; (2) OGE Inicial. Fonte: Autoridades Angolanas.

Disclaimer

This document has been prepared by Eaglestone Advisory Limited which is authorised and regulated by the Financial Conduct Authority of the United Kingdom and its affiliates ("Eaglestone"), and is provided for information purposes only.

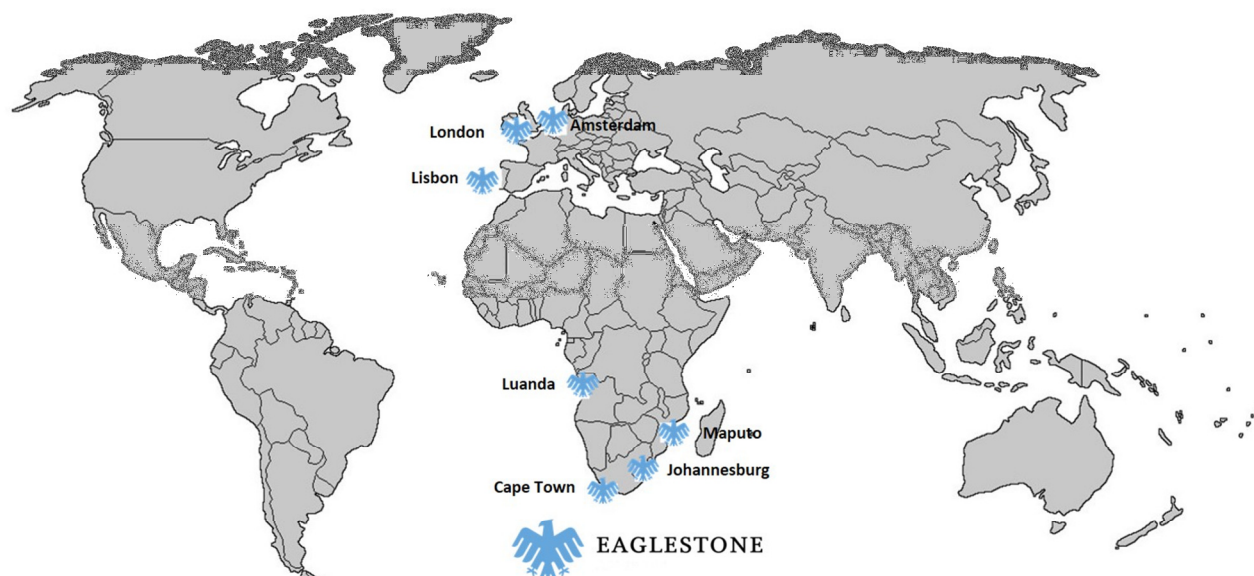
The information and opinions in this document are published for the assistance of the recipients, are for information purposes only, and have been compiled by Eaglestone in good faith using sources of public information considered reliable. Although all reasonable care has been taken to ensure that the information contained herein is not untrue or misleading we make no representation regarding its accuracy or completeness, it should not be relied upon as authoritative or definitive, and should not be taken into account in the exercise of judgments by any recipient. Accordingly, with the exception of information about Eaglestone, Eaglestone makes no representation as to the accuracy or completeness of such information.

This document does not have regard to specific investment objectives, financial situation and the particular needs of any specific recipient. Recipients should seek financial advice regarding the appropriateness of investment strategies discussed or recommended in this document and should understand that the statements regarding future prospects may not be realised. Unless otherwise stated, all views (including estimates, forecasts, assumptions or perspectives) herein contained are solely expression Eaglestone's research department.

This document must not be considered as an offer to sell or a solicitation to buy any investment instrument and distribution of this document does not oblige Eaglestone to enter into any transaction. Nothing in this document constitutes investment, legal, tax or accounting advice. The opinions expressed herein reflect Eaglestone's point of view as of the date of its publication and may be subject to change without prior notice

This document is intended for is made to and directed at (i) existing clients of Eaglestone and/or (ii) persons who would be classified as a professional client or eligible counterparty under the FCA Handbook of Rules and Guidance if taken on as clients by Eaglestone and/or (iii) persons who would come within Article 19 (investment professionals) or Article 49 (high net worth companies, trusts and associations) of the Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotions) Order 2001 and/or (iv) persons to whom this communication could otherwise be lawfully made in the United Kingdom or by respective home jurisdictions regulators for non UK countries. None of the investments or investment services mentioned or described herein are available to "private customers" as defined by the rules of the Financial Conduct Authority ("FCA"). It should not be disclosed to retail clients (or equivalent) and should not be distributed to others or replicated without the consent of Eaglestone. Eaglestone name and the eagle logo are registered trademarks.

Additional information is available upon request.



AMSTERDAM - Herengracht 450-454 1017 CA - T: +31 20 240 31 60

CAPE TOWN - 22 Kildare Road Newlands 7700 - T: +27 21 674 0304

JOHANNESBURG -Unit 4, Upper Ground, Katherine & West 114 West Street, Sandton – T: +27 11 326 6644

LISBON - Av. da Liberdade, 105, 3rd Floor - T: +351 21 121 44 00

LONDON - 2 Portman Street T: +44 20 7038 6200

LUANDA - Rua Marechal Brós Tito nº 35/37 - 13th Floor A - Kinaxixi, Ingombotas - T: +244 222 441 362

MAPUTO – Rua Lucas Elias Kumato No. 283 - T: +258 21 342 811

Disclosures

Eaglestone was founded in December 2011 with the aim to be a committed partner for the development of businesses located primarily in Sub-Saharan Africa and to support the development of renewable energy projects on a global basis.

The company has three business activities - financial advisory services, asset management and brokerage - and currently has offices in Amsterdam, Cape Town London, Lisbon, Luanda and Maputo

Eaglestone is committed to operating and behaving according to the highest standards of corporate governance. Its subsidiary in the United Kingdom is authorized and regulated by the Financial Conduct Authority.

Eaglestone operates with a clear vision and mission to act on behalf of and in the best interests of all its stakeholders, whether they are investors, employees or users of its services.

EAGLESTONE SECURITIES

Research

Tiago Bossa Dionísio

(+351) 964 643 530

tiago.dionisio@eaglestone.eu